

Furtado, Celso, 1920-
Desenvolvimento econômico



1290003776

TCC/UNICAMP
C171a
1290003776/IE

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia – IE

**“Uma análise do subdesenvolvimento brasileiro na
perspectiva de Celso Furtado”**

Priscila Moretti Capellato

TCC/UNICAMP
C171a
1290003776/IE

Campinas, novembro de 2008

CEDOC/IE/UNICAMP

1290003776

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia – IE



**“Uma análise do subdesenvolvimento brasileiro na perspectiva de
Celso Furtado”**

Trabalho de monografia elaborado pelo acadêmico **Priscila Moretti Capellato** (RA: 035315) como exigência do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do **Professor Doutor Plínio de Arruda Sampaio Júnior**.

Priscila Moretti Capellato - Plínio de Arruda Sampaio

Campinas, novembro de 2008

I. AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelas bênçãos derramadas na minha vida acadêmica e nas minhas escolhas profissionais.

Aos meus pais, por terem colocado a minha educação como prioridade nas suas vidas, por acreditarem em mim e pelo apoio ao longo da jornada.

Ao Bruno, que me apoiou e motivou em todos os momentos.

Aos meus amigos de estudo em grupo, que permitiram que cada prova, cada trabalho se tornassem mais leves e enriquecedores.

Ao meu orientador, Plínio de Arruda Sampaio Jr., que muito além da orientação na elaboração deste trabalho, despertou a minha visão crítica acerca dos problemas do Brasil.

II. RESUMO

A monografia discute a teoria de Celso Furtado sobre o quadro de subdesenvolvimento nos países periféricos. A situação que se estabeleceu nestas regiões é parte do movimento de consolidação do capitalismo industrial nas economias centrais. É consequência não apenas do relacionamento centro-periferia, mas também das decisões de “elites aculturadas” sobre a utilização de recursos, que consolidaram o quadro de dependência cultural. Ao longo da história, a dependência externa foi reforçada em diversos momentos. As mazelas do subdesenvolvimento evidenciam-se ainda hoje.

Palavras chave: teoria do desenvolvimento econômico - economia brasileira - subdesenvolvimento.

III. SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	- 7 -
2. EMERGÊNCIA DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SEGUNDO CELSO FURTADO	- 11 -
2.1 A IDÉIA FURTADIANA DE DESENVOLVIMENTO	- 11 -
2.2 A NECESSIDADE DA ACUMULAÇÃO E O PAPEL DO EXCEDENTE	- 13 -
2.3 A RELEVÂNCIA DO PROGRESSO TÉCNICO	- 17 -
2.3.1 OS LIMITES TÉCNICOS E ECONÔMICOS À ACUMULAÇÃO.....	- 18 -
2.4 CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NAS ECONOMIAS CENTRAIS	- 20 -
3. INSERÇÃO DA PERIFERIA NO MUNDO CAPITALISTA E IMPLICAÇÕES PARA O SUBDESENVOLVIMENTO	- 23 -
3.1 TRANSFERÊNCIA DE PADRÕES ESTABELECIDOS PARA A PERIFERIA	- 24 -
3.2 CONSEQÜÊNCIAS DA SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA E ESTABELECIMENTO DO QUADRO DE SUBDESENVOLVIMENTO	- 28 -
3.2.1 A INCORPORAÇÃO DE PROGRESSO TÉCNICO	- 29 -
3.2.2 A DEPENDÊNCIA EXTERNA	- 31 -
3.2.3 A EXPLORAÇÃO INTERNA	- 32 -
4. CARACTERIZAÇÃO DO CASO BRASILEIRO	- 35 -
4.1 INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA CAPITALISTA - OS PRIMEIROS PASSOS RUMO À INDUSTRIALIZAÇÃO.....	- 35 -
4.1.1 EMPRESAS TRANSNACIONAIS E ESPECIFICIDADES DO MERCADO.....	- 36 -

4.1.2 O PAPEL DO ESTADO - 40 -

4.2 CARACTERÍSTICAS DO MODELO BRASILEIRO - 43 -

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... - 46 -

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA..... - 49 -

1. Introdução

Este trabalho visa discutir o quadro de subdesenvolvimento no Brasil com base na obra de Celso Furtado, o qual buscou compreender os problemas específicos do desenvolvimento das sociedades periféricas, especialmente da América Latina.

O subdesenvolvimento apresenta-se como uma situação de dependência estrutural, que reflete poucas opções para determinar objetivos próprios e pequena possibilidade de articular decisões econômicas de acordo com os objetivos estabelecidos.

Furtado apresenta as características de uma economia subdesenvolvida, as quais estão presentes no Brasil. Destacam-se: a heterogeneidade tecnológica, a desigualdade na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas, parte considerável da população vivendo ao nível de subsistência e o subemprego urbano.

A condição de uma economia como subdesenvolvida está relacionada à forma como o capitalismo industrial cresceu e difundiu-se em cada localidade. Segundo Celso Furtado, o subdesenvolvimento é caracterizado por uma disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação produtiva. Esta disparidade é consequência da inserção da periferia no sistema de divisão internacional do trabalho e das decisões das elites aculturadas. Esta combinação ocasionou na periferia, a penetração dos padrões de consumo do centro. Houve uma dinamização da demanda, mas em condições de imobilismo social, caracterizando um lento desenvolvimento das forças produtivas.

Em um primeiro momento, durante a revolução industrial, através da evolução nos sistemas de transporte e comercialização de produtos industriais, surgiu a divisão internacional do trabalho e as modificações na utilização dos recursos em escala mundial. Os países periféricos puderam participar deste movimento com participações no mercado internacional. Nesta fase, foi possível aumentar o produto líquido através de realocação de recursos para obter vantagens comparativas no comércio internacional, ou seja, sem modificações nas técnicas de produção.

O aumento do produto líquido permitiu a geração de um excedente interno. Uma questão extremamente relevante para Furtado consiste na discussão acerca do uso dado a ele. O excedente adicional criado era em parte direcionado ao exterior e a parte que permaneceu internamente financiou a diversificação do consumo das classes dirigentes através da importação de novos artigos. Isso implica que o novo excedente não financiou a formação de capital.

Furtado chamou de modernização este processo de adoção de padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo este processo de modernização, mais intensa é a pressão para aumentar o excedente, através da expansão das exportações ou da taxa de exploração, para poder continuar importando e acompanhando a evolução do consumo das economias centrais.

Intensifica-se o problema com o processo de substituição de importações, pois foram criadas indústrias para atender a demanda modernizada. A tecnologia incorporada por estas indústrias não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado internamente, mas sim, com o perfil de demanda que havia sido criado. Nas palavras de Furtado,

[...] ao impor a adoção de métodos produtivos de alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho [...] essa pressão (pelo processo de modernização) dá origem à rápida diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada. Ela, mais do que a existência de uma oferta elástica de mão-de-obra, determina o diferencial entre o salário industrial e o salário no setor de subsistência.¹

Em suma, o processo de incorporação dos padrões de consumo modelou as economias em que o progresso técnico foi inicialmente assimilado ao nível da demanda de bens de consumo, através da importação de um novo fluxo de produtos e posteriormente através da criação de indústrias para produzir internamente o que era importado.

Como consequência, os países periféricos criaram uma dessimetria entre o sistema produtivo e a sociedade, que é refletida em heterogeneidade social, rupturas e desníveis nos padrões de consumo. Para que os padrões de consumo da minoria continuem se modernizando e acompanhando o desenvolvimento dos padrões do centro, é necessário que a estrutura social seja mantida, com salários baixos e aumento da taxa de exploração com a produtividade do trabalho.

Diante desta discussão, esta monografia visa sintetizar os principais temas propostos por Furtado na discussão do subdesenvolvimento.

O objetivo deste trabalho é destacar as origens e amarras do subdesenvolvimento. Colocando-o da forma que é exposta por Furtado, como fruto de um processo histórico que se enraizou nas economias periféricas. A compreensão dos problemas que envolvem estas regiões é certamente o primeiro passo, na tentativa de superá-los.

¹ Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico, 1974. p.82

No capítulo 2 será discutida a emergência da civilização industrial e as suas implicações para o desenvolvimento. Serão abordados os principais conceitos utilizados por Furtado para a compreensão deste tema. São eles: a visão de desenvolvimento, a teoria da acumulação e do excedente e a importância do progresso técnico. Além disso, será feita uma breve discussão sobre a consolidação do capitalismo industrial nas economias centrais

O capítulo 3 abordará a inserção da periferia no mundo capitalista. Primeiramente será discutida como ocorreu a transferência dos padrões que haviam estabelecidos no centro para a periferia. Além disso, abordaremos o estabelecimento da situação de dependência e do quadro de subdesenvolvimento.

No capítulo 4 será descrito o caso brasileiro. Primeiramente será analisada a inserção do Brasil na economia capitalista através de sua industrialização, com destaque para as especificidades do mercado brasileiro e o papel desempenhado pelo Estado e pelas empresas transnacionais. Além disso, será feita uma discussão sobre as características do modelo brasileiro.

2. Emergência da Civilização Industrial e suas implicações para o desenvolvimento segundo Celso Furtado

2.1 A idéia furtadiana de desenvolvimento

Segundo Celso Furtado, a idéia de desenvolvimento de uma sociedade refere-se ao conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Caracteriza, portanto, um processo cultural e histórico cuja dinâmica apóia-se na inovação técnica colocada a serviço de um sistema de dominação social.

O conceito de desenvolvimento econômico, segundo o autor, abrange muito mais do que o avanço do capitalismo: ele deve avançar de forma a atender os anseios da nação. Isso implica que a sociedade tenha capacidade de controlar o seu próprio destino, definindo e controlando as suas necessidades. É preciso, portanto, que a vida econômica esteja submetida aos desígnios da sociedade. Furtado afirma que,

A rigor, a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos.²

O autor afirma que o desenvolvimento das forças produtivas é um meio que deve ser utilizado para atender fins preestabelecidos de acordo com as necessidades da nação. Cabe ao planejamento econômico a determinação do

² Furtado, C. Pequena Introdução ao Desenvolvimento, p.16

sentido do avanço do capitalismo para que este esteja de acordo com os objetivos traçados.

O subdesenvolvimento pode ser caracterizado como uma irracionalidade na adequação de meios a fins. Segundo Furtado, esta situação estabeleceu-se nos países periféricos devido à forma como o capitalismo industrial cresceu e se difundiu nestas localidades. O subdesenvolvimento, portanto, é parte do crescimento e difusão do capitalismo industrial, e a compreensão das economias com esta característica não pode ser isolada do processo civilizatório global.

Furtado descreve dois momentos que estão associados ao processo de desenvolvimento, o da difusão de produtos já conhecidos para um grupo cada vez mais diversificado de consumidores e o da introdução de novos produtos à cesta de consumo. O segundo caso é geralmente limitado a uma minoria de alta renda. Os momentos em que o desenvolvimento ocorre baseado na introdução de novos produtos correspondem a um processo de concentração da renda. E quando é baseado na difusão proporciona uma distribuição mais igualitária da renda.

A concorrência econômica e a luta de classes, através da dialética inovação-difusão de progresso técnico, permitem uma combinação de movimentos de aumento de eficiência econômica com processos de distribuição do excedente. Isso garante que os benefícios do progresso técnico atinjam toda a sociedade.

Furtado expõe que esta dialética característica do desenvolvimento é possível devido à adequação entre as bases técnicas e as estruturas sociais, a qual depende de uma composição técnica do capital de relativo equilíbrio entre capital e trabalho. Esta adequação permite que a busca pelo lucro seja compatível com elevações dos salários. O progresso das técnicas que diminui a utilização de mão-de-obra e exige

escalas mínimas de produção maiores é acompanhado por uma dinâmica de acumulação que gera difusão das inovações expandindo o mercado até o ponto em que surge escassez relativa de trabalho e a inovação é novamente estimulada. Há desta forma, possibilidade de conciliar os interesses dos dois grupos, os que buscam aumento de lucros e os trabalhadores. As contradições de interesses, traduzidas em luta de classes e desenvolvimento das forças produtivas, impulsionam o desenvolvimento econômico.³

Assim, diante da argumentação de Furtado exposta, percebe-se que sua visão contradiz o senso comum de que desenvolvimento econômico está associado à consolidação do capitalismo, o conseqüente crescimento econômico e uma possível estabilidade econômico-financeira de certa região. Muito mais do que isso, para o autor, além da consolidação do sistema capitalista, é preciso que haja democracia e o estabelecimento de uma soberania nacional. As necessidades da nação precisam estar definidas e os recursos econômicos devem ser usados como meios para alcançar os fins estabelecidos.

2.2 A necessidade da acumulação e o papel do excedente

O desenvolvimento das forças produtivas na economia industrial implica em transformações na utilização dos recursos produtivos e no plano do comportamento dos agentes sociais.

³ Maiores detalhes sobre a visão furtadiana de desenvolvimento em Pequena Introdução ao desenvolvimento (1980) capítulos 1 a 5.

As transformações inerentes ao processo de acumulação nas forças produtivas são, necessariamente, inovadoras. Sem economia de recursos (aumento de eficiência) e modificações nos padrões de consumo (diversificação da produção) a acumulação ao nível das forças produtivas tenderia a um ponto de saturação. Uma crescente redução das desigualdades sociais poderia transferir no tempo este ponto, mas não evitá-lo. Existe, portanto, nas sociedades surgidas do capitalismo industrial, uma relação estrutural entre o grau de acumulação alcançado, o grau de sofisticação das técnicas produtivas e o nível de diversificação dos padrões de consumo dos indivíduos e da coletividade.⁴

Furtado evidencia o papel da acumulação e do excedente para aprofundar a compreensão sobre o subdesenvolvimento. Uma primeira aproximação da idéia de acumulação é que ela é o resultado de toda decisão, relacionada com o uso do fruto do trabalho, na qual se privilegia o futuro com relação ao presente. Isso implica que, o processo de acumulação tende a satisfazer o projeto de utilização final da renda do conjunto da coletividade, o que reflete a relação de força entre os grupos. Apesar disso, a acumulação é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento das forças produtivas.

A teoria do excedente afirma que os recursos acumulados, cuja utilização é transferida para o futuro são aqueles que não são essenciais à imediata sobrevivência da coletividade. Como os padrões de consumo são desiguais, os recursos não essenciais têm múltiplas funções, sendo a acumulação produtiva apenas uma delas.

Furtado relaciona esta teoria à da estratificação social e através desta ao estudo das formas de dominação que engendram as desigualdades na repartição do produto social, ou definem as opções em relação à utilização do excedente. A opção

⁴ Furtado, C. Criatividade e dependência na civilização industrial, p.41

feita pelos sistemas de dominação é de limitar os recursos destinados para as massas apenas ao que é suficiente para a subsistência.

Desta forma, é a estratificação social que permite a emergência do excedente, ou seja, recursos com usos alternativos que permitem a acumulação. Dado que é o sistema de dominação social que configura o perfil de distribuição da renda, um dos elementos essenciais é a taxa de remuneração do trabalho não especializado, que é estabelecida institucionalmente. Atribuindo a remuneração do trabalho não especializado a toda a população, obtêm-se o custo de reprodução da população e a diferença entre o produto social e este custo é o excedente.

Há um horizonte de opções para a utilização do excedente e o uso destes recursos traduz o projeto de vida da coletividade. Furtado expõe três vertentes para a utilização do excedente: a reprodução das desigualdades sociais; o desenvolvimento das forças produtivas; e a estabilidade e legitimação dos sistemas de dominação social.

A acumulação, portanto, cobre apenas uma parcela do excedente, aquela que é objeto de decisões intertemporais. O restante é absorvido em gastos correntes de consumo de grupos sociais que possuem padrões de consumo acima da massa trabalhadora e de instituições públicas.

Além disso, a acumulação é composta por dois eixos, a acumulação para o desenvolvimento das forças produtivas, a qual é instrumental e a acumulação não produtiva, que está ligada aos fins da coletividade. O primeiro tipo é a base para a elevação do nível de vida do conjunto da coletividade e também da intensidade da acumulação não produtiva. As decisões sobre qual o tipo de acumulação estão relacionadas à questão temporal do segundo tipo.

Toda a intensificação do desenvolvimento das forças produtivas implica em opções com relação a fins: que setores serão afetados; o aumento da capacidade produtiva irá elevar o nível de vida da população, ou aumentar o excedente; com que fim será feita esta opção, etc.

Assim, a acumulação de capital é condição necessária para o processo de desenvolvimento, tanto na introdução de novos produtos como na difusão de produtos já conhecidos. No caso da inovação, o esforço de acumulação é maior, pois, além de requerer maior investimento, quanto mais diversificada a cesta de bens de consumo, maior tem que ser a renda e a soma de capital para as pessoas consumirem.

A acumulação através da introdução de novos produtos requererá crescentes desigualdades sociais. O progresso técnico através de processos produtivos mais eficazes condiciona a acumulação que a partir de certo ponto só poderia continuar através da redução das desigualdades sociais ou redução da utilização da força de trabalho.

Diante disso, percebe-se a relevância do progresso técnico na compreensão de uma economia capitalista. Esta variável é fundamental para permitir a continuidade do processo de acumulação, pois sem o contínuo aumento da produtividade do trabalho, ela tenderia à saturação. A manutenção dos privilégios que desfrutam os que controlam o sistema depende da contínua evolução através do progresso. A própria competição entre os agentes os força ao avanço.

2.3 A relevância do progresso técnico

Furtado afirma que o avanço das técnicas tendeu a ser visto como um meio de contornar a escassez de um fator de produção ao nível de uma unidade produtiva. Apesar disso, as manifestações do progresso técnico somente podem ser captadas plenamente através de uma visão global do sistema social.

O progresso técnico é o conjunto de transformações sociais que tornam possível a persistência do processo de acumulação e a reprodução da sociedade capitalista. A acumulação tende à saturação e o progresso técnico é necessário para que a acumulação se faça sob a forma de criação de novo capital.

O padrão de apropriação do produto social tende a ser mantido pelas classes dominantes. Pra isso, faz-se necessária intensa formação de capital. A reprodução da economia capitalista implica em modificações nas estruturas sociais. As tensões sociais existem, e o progresso técnico é a forma de superá-las através da superação da escassez relativa de mão-de-obra. A própria competição entre os agentes favorece aqueles que inovam no sentido de economizar mão-de-obra.

Em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*⁵ Furtado sintetiza a discussão ao afirmar que a organização das massas assalariadas pressiona para a redução da importância relativa do excedente, estimulando o progresso da técnica e orientando a tecnologia no sentido de economizar mão-de-obra. Visando a preservação das estruturas sociais, os agentes que controlam o sistema produtivo possuem como principal instrumento a manipulação da criatividade técnica. Enquanto a massa, que luta pela ampliação dos custos de reprodução da população, conduz à ampliação de

⁵ Furtado, C. - *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, pp. 67-68.

segmentos do mercado de bens finais baseados em técnicas já conhecidas e permitindo ganhos de escala.

2.3.1 Os Limites técnicos e econômicos à acumulação

Furtado descreve a existência de dois grupos de limites, que na ausência de inovações visando alterar a composição do produto final, fazem com que a acumulação esgote as suas possibilidades.

O nível da técnica corresponde às possibilidades de combinação de trabalho presente com trabalho passado. Quanto mais trabalho passado estiver associado ao presente, maior a produtividade deste. Dado o nível da técnica, o esforço de acumulação encontra um ponto ótimo a partir do qual maiores esforços de acumulação de capital implicam em rendimentos decrescentes.

Além do limite técnico, existem limites de natureza econômica. O mercado dos bens tende a saturar-se se forem comercializados sem alterações nos preços relativos. Se estes forem reduzidos, o mercado pode ampliar-se, mais ainda assim, haverá limites. Outras formas de garantir a sobrevivência do mercado são: através de aumentos de renda dos consumidores; atuação do Estado para criação de demanda ou ainda ampliação do mercado com uma distribuição mais igualitária da renda.

Tanto a massa de trabalhadores, como os agentes que controlam o sistema produtivo, atuam pela apropriação do excedente. Os agentes que controlam o sistema possuem a criatividade e desenvolvimento das técnicas como os instrumentos mais importantes no sentido de preservar as estruturas sociais. A

massa de trabalhadores, ao pressionar pela elevação dos salários, proporciona a ampliação de segmentos do mercado de bens finais, difundindo a técnica já estabelecida e permitindo ganhos de escala. A combinação destes movimentos impulsiona o processo de acumulação e no limite a alteração no nível da técnica.

Nas palavras de Furtado,

A acumulação é a expressão última das múltiplas iniciativas dos agentes que lutam pela apropriação do excedente e são conduzidos a modificar desta ou daquela forma a estrutura do sistema econômico para alcançar objetivos próprios. As modificações estruturais que emergem deste entrelaço de forças - e que se manifestam tanto ao nível das forças produtivas como no da composição da demanda final - engendram deslocamentos para cima do que chamamos de nível da técnica.⁶

Nas economias em situação de atraso com relação à técnica, a acumulação para o desenvolvimento das forças produtivas possui ampla margem de expansão antes de enfrentar rendimentos decrescentes. Já nas economias avançadas, o esforço criativo necessário para garantir a continuidade do processo de acumulação é relativamente maior.

Apesar disso, em muitos casos, as economias atrasadas enfrentam duas questões em relação aos limites econômicos. A primeira delas é o tamanho de seus mercados, em geral pequenos para os produtos frutos de técnicas mais avançadas, inclusive sem escala mínima necessária que viabilize a produção. A segunda decorre da existência de excedente de mão-de-obra, o que inviabiliza a pressão por maiores salários e a conseqüente difusão das técnicas estabelecidas.

Desta forma, apesar da aparente vantagem das economias em atraso ao apropriar-se de técnicas já estabelecidas, o dinamismo do movimento de inovação-

⁶ Furtado, C. Pequena Introdução ao Desenvolvimento, 1980 p. 60.

difusão como motor da acumulação depende de características estruturais que nem sempre estiveram presentes.

2.4 Consolidação do capitalismo industrial nas economias centrais

Apesar de fundamental para o desenvolvimento capitalista é preciso discutir o tipo de progresso técnico que foi incorporado em cada sociedade. Nos países de desenvolvimento avançado, a técnica está estreitamente relacionada com as relações sociais e o grau de acumulação alcançado.

Em economias desenvolvidas, a expansão da produção significa aumento paralelo do custo da força de trabalho, isto é, do valor acrescentado pelo trabalho no processo de produção. E porquanto a procura é gerada principalmente por pagamentos ao trabalho, a expansão da procura tende a seguir o crescimento da produção.⁷

A compatibilidade entre as relações sociais e o grau de acumulação alcançado está relacionada à forma como a civilização industrial consolidou-se nas economias centrais. Furtado propõe a compreensão deste processo através de uma visão histórico-estrutural do capitalismo industrial.

A origem do capitalismo industrial deve ser observada através das linhas comerciais da primeira metade do século XVI, que permitiram a expansão do excedente que era drenado para a Europa. Isso gerou conseqüências para a atividade produtiva e para a organização industrial. Neste período, foi possível um considerável aumento do excedente sem modificações nas forças produtivas.

⁷ Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico, p.100

O avanço do capitalismo aconteceu onde a ascensão da classe burguesa ocorreu através de entrosamento com grupos tradicionais. Os critérios associados à atividade mercantil puderam ser estendidos a outros setores: foram destruídas as corporações de ofício e o controle da oligarquia territorial sobre a população rural foi desarticulado.

O excedente adicional que se originou nas relações externas constituiu aspecto fundamental da revolução burguesa. A penetração dos critérios mercantis na produção dependeu da captação do excedente pela classe mercantil e da utilização dele para deslocar as estruturas de dominação na esfera da organização da produção.

Através destas condições consolidou-se a revolução industrial com uma ruptura significativa em relação ao período anterior: a produção passou a estar subordinada à lógica do lucro. A técnica tornou-se objeto de transação mercantil, a inovação nos métodos produtivos passou a ser vista como instrumento de poder, o crescimento do excedente passou a ser gerado através de aumentos de eficiência e a aceleração da acumulação caracterizou-se como motor da evolução.

A revolução burguesa implicou, portanto, na utilização do excedente como instrumento de controle do sistema de produção, através da geração de novas formas de poder. Esta mudança implicou em constante desenvolvimento das forças produtivas, que são acompanhadas de transformações na utilização dos recursos produtivos e no plano do comportamento dos agentes sociais.

Em Análise do Modelo Brasileiro, Furtado descreve como característica do sistema produtivo das economias desenvolvidas, a homogeneidade técnica. Devido à configuração destas regiões, como o progresso técnico sem introdução de novos

produtos conduz a uniformizações dos padrões de consumo, a inovação dos bens é condição necessária para preservar as formas sociais do sistema capitalista, bem como as relações de dominação que caracterizam a economia internacional.

Durante a consolidação da civilização industrial nos países centrais, o mesmo avanço era difundido para outras regiões. Esta difusão, entretanto, ocorreu de forma distinta do processo original. Furtado expõe duas razões para esta difusão. A primeira delas é o comportamento reativo de povos que viam ameaçada sua soberania ou posição geográfica, como nos casos japonês e russo. Nesta situação, o desenvolvimento das forças produtivas foi acelerado ao mesmo tempo das transformações nos padrões de consumo. A segunda razão é a difusão como subproduto da dominação externa. Esta será objeto de análise na próxima seção.

3. Inserção da periferia no mundo capitalista e implicações para o subdesenvolvimento

Enquanto o capitalismo se estabelecia no centro do sistema através de mudanças na estrutura social e do avanço tecnológico, delimitados pelas necessidades e prioridades da sociedade, consolidava-se o desenvolvimento destas localidades.

Em outras regiões, movimentos de incorporação de partes deste processo que era vivido pelo centro, ocorreram sem priorizar as questões necessárias para a formação da nação - desenvolvimento capitalista, democracia e soberania nacional. Diferentemente do primeiro quadro, a consequência foi a consolidação da situação de subdesenvolvimento.

Nesta seção, será abordada a forma como os avanços que ocorriam no centro foram transferidos para a periferia através da modernização dos padrões de consumo; as mudanças que ocorreram durante a crise, na qual as economias periféricas viram-se obrigadas a industrializar-se para substituir os produtos anteriormente importados; e as consequências deste processo: o quadro de dependência e subdesenvolvimento.

3.1 Transferência de padrões estabelecidos para a periferia

A difusão da civilização industrial para algumas regiões ocorreu como um subproduto de dois fatores: um processo histórico, influenciado pelas nações desenvolvidas e uma vontade política interna das “elites aculturadas”.

Em um primeiro momento, durante a revolução industrial, através da evolução nos sistemas de transporte e comercialização de produtos industriais, surgiu uma divisão internacional do trabalho que gerou modificações na utilização dos recursos em escala mundial. A Europa exportava produtos com grau de acumulação elevado e importava produtos com baixo grau de acumulação, ou com maior abundância de recursos naturais.

Furtado denominou esta integração aos mercados internacionais como a via de acesso indireta à civilização industrial. Nesta fase, o comércio permitiu maior especialização e aprofundamento na divisão do trabalho. Através dela, ocorreu aumento do produto líquido com a re-alocação de recursos para obter vantagens comparativas no comércio internacional, ou seja, sem modificações nas técnicas de produção.

A combinação de fatores históricos permitiu que fosse gerado um excedente adicional. Parte dele era direcionada ao exterior e a parte que ficava internamente, poderia ter diversos usos de acordo com a vontade das elites ou a imposição do Estado. Em muitos casos, o Estado não possuía poder para apropriar-se do excedente e determinar o uso que seria dado a ele e decisão centrava-se nas classes dominantes. A opção feita pelas “elites aculturadas” era de usar os recursos

para financiar a diversificação do seu consumo, através da importação de novos artigos. Nenhum esforço foi feito para financiar a formação de capital.

A renda disponível para o consumo do grupo privilegiado cresceu de forma substancial, pois o excedente era gerado através de exportações que requeriam poucos investimentos e poucos gastos com importação. Desta forma, os recursos permitiram que as elites locais seguissem os padrões de consumo do centro, chegando a perder o contato com as fontes culturais dos respectivos países.

Furtado denomina este processo de adoção de padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos de modernização. Quanto mais amplo este processo, mais intensa é a pressão para aumentar o excedente, através da expansão das exportações ou da taxa de exploração. Diferentemente dos países centrais, onde a modernização dos padrões de consumo ocorre como consequência do avanço nas forças produtivas, nos países periféricos, este processo é consequência do aproveitamento de vantagens comparativas no comércio internacional, que permitiu geração de excedente

Intensifica-se o problema com o processo de substituição de importações, pois foram criadas indústrias para atender a demanda modernizada. A tecnologia incorporada por estas indústrias não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado internamente, mas sim, com o perfil de demanda que havia sido criado. Furtado destaca que,

[...] quando a industrialização pretende substituir as importações, o aparelho produtivo tende a dividir-se em dois: um segmento ligado às atividades tradicionais, destinadas às exportações ou ao mercado interno (rurais e

urbano), e outro constituído por indústrias de elevada densidade de capital, produzindo para a minoria modernizada.⁸

[...] ao impor a adoção de métodos produtivos de alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho [...] essa pressão (pelo processo de modernização) dá origem à rápida diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada. Ela, mais do que a existência de uma oferta elástica de mão-de-obra, determina o diferencial entre o salário industrial e o salário no setor de subsistência.⁹

Mesmo com o avanço da acumulação a desigualdade social tende a ser agravada devido à pressão gerada pelo processo de modernização. A composição da cesta de bens de consumo determina os métodos produtivos a serem adotados e a intensidade relativa de capital e trabalho utilizados no sistema de produção.

Expandir o consumo dos ricos significa introduzir novos produtos na cesta de bens de consumo, através da inovação. Aumentar o consumo das massas significa difundir o uso de produtos já conhecidos, que possuem uma base tecnológica de produção com grande potencial de expansão. Furtado argumenta que há uma estreita correlação entre o grau de diversificação de uma cesta de consumo e o nível de dotação de capital por pessoa empregada e complexidade da tecnologia.

Assim, o processo de incorporação dos padrões de consumo modelou as economias, em que o progresso técnico foi inicialmente assimilado ao nível da demanda de bens de consumo, através da importação de um novo fluxo de produtos e posteriormente através da criação de indústrias para produzir internamente o que era importado. Como consequência, os países periféricos criaram uma dessimetria entre o sistema produtivo e a sociedade, que é refletida em heterogeneidade social, rupturas e desníveis nos padrões de consumo.

⁸ Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico, 1974. p.87

⁹ Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico, 1974. p.82

Os fatores expostos permitem concluir que a condição de dependência consolidou-se devido à utilização que foi dada ao excedente. Ela poderia existir independentemente de quem fosse responsável pelo controle da produção, o Estado, as empresas multinacionais, ou empresários locais.

Diante do exposto, é possível afirmar que o processo de colonização cultural decorreu da combinação de interesses internos e externos. Os grupos dominantes locais fizeram opções pela utilização que seria dada ao excedente e atuaram no sentido de elevar a taxa de exploração para manter o padrão de consumo. O centro do sistema controlava a economia internacional visando ampliar mercado para os novos fluxos de produtos. Estabeleceu-se assim, um intercâmbio desigual que caracteriza as relações entre centro e periferia do sistema capitalista.

A história do subdesenvolvimento, portanto, está intimamente ligada à da revolução industrial. Esta pode ser caracterizada por duas mudanças: as transformações nas técnicas produtivas, tais como manufatura e meios de transporte e as modificações nos padrões de consumo. Os padrões de consumo se modificaram em diversas áreas e se espalharam para os outros continentes, enquanto a técnica só sofreu transformações significativas em pequenas áreas, as quais correspondem hoje aos países desenvolvidos.

Outra forma de descrever a revolução industrial é através de aumento de produtividade, devido à aceleração do progresso tecnológico e ampliação do mercado. Em muitas áreas, o aumento de produtividade ocorreu apenas devido à ampliação do mercado, assim, a renda que permitiu elevar e diversificar o consumo decorria apenas de vantagens comparativas no mercado internacional, e não de modificações na forma de produzir.

Apesar de os frutos da revolução industrial ter se difundido para economias periféricas através do consumo, o progresso técnico estava sendo assimilado de forma bastante desigual. Portanto, o verdadeiro desenvolvimento ocorria apenas nas áreas em processo de industrialização. Nas palavras de Furtado,

A elevação de produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação concomitante de progresso tecnológico, nos processos produtivos, constituía em realidade o ponto de partida da formação das estruturas subdesenvolvidas... Não se trata de uma preferência arbitrária, e sim de uma conseqüência da forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho que surgiu com a revolução industrial. A característica essencial das estruturas subdesenvolvidas estaria, assim, nessa desigual assimilação das duas formas básicas de progresso tecnológico. Uma vez estabelecida a discrepância, uma série de fatores tornou extremamente difícil sua eliminação subsequente.¹⁰

3.2 Conseqüências da situação de dependência e estabelecimento do quadro de subdesenvolvimento

Em Análise do Modelo Brasileiro, Furtado sintetiza o subdesenvolvimento da seguinte forma:

O subdesenvolvimento apresenta-se como uma situação de dependência estrutural, que se traduz por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos.¹¹

A situação de subdesenvolvimento é parte do sistema econômico mundial em transformação, é a forma assumida pelo capitalismo industrial em algumas economias da periferia do sistema. Ele está associado não apenas à estrutura centro-periferia, mas também à decisão das elites pela modernização dos padrões

¹⁰ Furtado, C. Análise do modelo brasileiro, 1986 p.10

¹¹ Furtado, C. Análise do Modelo Brasileiro, 1986. p.15

de consumo, que serviu de orientação para a incorporação de progresso técnico. Diante disso, três aspectos serão aprofundados nesta seção visando à compreensão da situação de subdesenvolvimento – a incorporação de progresso técnico, a situação de dependência externa e a exploração interna.

3.2.1 A incorporação de progresso técnico

Nos países de desenvolvimento avançado, a técnica está estreitamente relacionada com as relações sociais e o grau de acumulação alcançado. Ao transpor este padrão para a periferia os efeitos são perversos. Esta discussão foi apresentada pela CEPAL já nos anos 50. A tecnologia dos países centrais transformou-se em fator de concentração de renda nos países de baixo nível de acumulação, criando incompatibilidade entre a racionalidade ao nível da empresa privada e os objetivos sociais da política de desenvolvimento. O debate centra-se em torno da escolha das técnicas, inadequação das técnicas difundidas pelas empresas transnacionais e a criação de uma dependência tecnológica.

Para acompanhar a evolução dos padrões de consumo a industrialização requer absorver progresso técnico na forma de novos produtos e das técnicas requeridas para produzi-los. A forma de avançar este processo na periferia foi através de filiais de empresas estrangeiras. Estas entraram com a tecnologia praticamente amortizada e puderam com isso contornar os obstáculos do pequeno tamanho do mercado e inexistência de economias externas. As indústrias enfrentavam problemas de escala, pois o consumo modernizado da minoria era bastante diversificado.

Havia uma tendência, portanto, de que o processo produtivo passasse a ser controlado por empresas estrangeiras, pois apenas elas possuíam as condições adequadas de custos, devido à tecnologia já amortizada, para atender ao mercado com estas características de pequenez, diversificação e ausência de ganhos de escala.

Esta situação agravou ainda mais o quadro de dependência, diminuindo o controle sobre a incorporação do progresso técnico. No primeiro momento, a decisão pela modernização dos padrões de consumo, gerou impacto sobre a divisão social do trabalho e implicou na necessidade de que a produção fosse realizada pelas empresas transnacionais. Apesar disso, a entrada de empresas transnacionais ainda estava subordinada à política econômica.

A partir de 1964, a política econômica passou a ser exercida em função das empresas transnacionais. Perdeu-se o controle da intensidade e do ritmo de incorporação de progresso técnico, que passaram a ser determinados pelas corporações estrangeiras, assim como a própria continuidade do processo de modernização.

Furtado sintetiza esta discussão com o seguinte comentário:

Miniaturizar, em um país periférico, o sistema industrial de países cêntricos contemporâneos, onde a acumulação de capital alcançou níveis muito mais altos, significa introduzir no aparelho produtivo uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos. Este problema não estava presente na fase anterior à "substituição de importações", simplesmente porque a diversificação do consumo da minoria modernizada podia ser financiada com o excedente gerado pelas vantagens comparativas do comércio exterior. Na fase da industrialização substitutiva, a extrema disparidade entre os níveis (e o grau de diversificação) do consumo da minoria modernizada e da massa da população deverá incorporar-se à estrutura do aparelho produtivo. Desta forma, o chamado "desequilíbrio ao nível dos fatores" deve ser considerado inerente a uma economia que se industrializa. Ademais, se se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja

produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende de aumento da taxa de exploração, isto é, de uma crescente concentração da renda. Em tais condições o crescimento econômico tende a depender mais e mais da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais.¹²

3.2.2 A dependência externa

As economias periféricas engendraram-se na situação de dependência inicialmente através da via comercial ao produzir bens destinados ao mercado externo e centrar seu consumo em bens importados. Ao optar pela produção interna de bens através de filiais de empresas estrangeiras, esta dependência assumiu o formato de tecnológica. Mas há outra forma ainda mais grave da apresentação deste quadro, a dependência cultural, que está relacionada com a decisão de copiar os padrões de consumo do centro e incorporar progresso técnico para atender esta demanda.

Alguns indícios ilustram esta situação de dependência: a disparidade entre o nível de consumo e a acumulação de capital produtivo, pois a acumulação que permite a geração do excedente origina-se na utilização extensiva de recursos naturais na situação de vantagens comparativas no mercado internacional; a imposição de padrões de consumo, que para serem mantidos requerem a geração de excedente e a constante diversificação dos padrões de consumo.

¹² Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico, 1974. p.88

Furtado expõe o impacto da dependência cultural na sociedade, através do afastamento da elite dos valores culturais internos,

O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura européia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitia adquirir... O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não européia e recusando-se valia à sua criatividade artística.¹³

O autor descreve o fenômeno da dependência como mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, mas nem sempre a dependência criou as formas sociais do subdesenvolvimento. A transição do quadro de subdesenvolvimento para o desenvolvimento é impensável no quadro de dependência cultural.

3.2.3 A exploração interna

A dependência condiciona nas economias subdesenvolvidas dois fatores que possuem impacto determinante no investimento, a estrutura da demanda e as possibilidades da oferta.

Devido á concentração de renda, o mercado é formado por dois grupos distintos: uma massa de nível baixo e estagnado e uma pequena parcela da população que possui renda per capita muito elevada. A massa de nível baixo corresponde a um mercado que aumenta através da incorporação de pessoas da

¹³ Furtado, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise, 1984. p. 23.

economia de subsistência, dependendo, portanto, do investimento e do coeficiente de capital por pessoa ocupada. O mercado do segundo grupo é bastante diversificado, e aumenta através de novos produtos e maior diversificação.

A oferta de produtos depende do progresso técnico. Como este está associado aos fatores disponíveis nos países desenvolvidos, o coeficiente de capital por trabalhador empregado possui uma tendência de crescimento. No caso das indústrias de bens de consumo, existem processos operacionais que permitem diferentes coeficientes de capital por trabalhador, diferentemente das indústrias de bens duráveis, as quais já surgiram no contexto de escassez de mão-de-obra.

Dado que a demanda mais dinâmica é a do mercado formado pelos grupos de alta renda, os investimentos tendem a concentrar-se em indústrias de bens duráveis, as quais, por estarem associadas à tecnologia incorporada do exterior, envolvem coeficientes de capital por trabalhador mais rígidos. Desta forma,

A elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravações tanto da dependência externa, como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais.¹⁴

Além da questão técnica, Furtado expõe outro problema enfrentado pelas economias subdesenvolvidas - a existência de excedente estrutural de mão-de-obra. Esta situação faz com que a concentração de renda seja elevada e os aumentos de produtividade beneficiem o fator capital, mesmo com aumentos na taxa média de salário. Conforme expôs Furtado,

Nas economias subdesenvolvidas, o valor acrescentado pelo trabalho tende a declinar em termos relativos, durante as fases de expansão. Os aumentos de produtividade criados por economias internas e externas tendem a beneficiar exclusivamente os proprietários de capital e, dada a estrutura dos mercados

¹⁴ Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico, 1974. p.94

(excedente estrutural de mão-de-obra), nada os pressionará a transferir os frutos do aumento da produtividade aos consumidores, a minoria modernizada. Por outro lado aumentar a taxa salarial levaria a um crescimento dos custos sem alargar o mercado, uma vez que os trabalhadores estão vinculados a uma cesta de bens diferente. O fato é que o sistema opera espontaneamente, beneficiando uma minoria pequena demais, os proprietários de capital.¹⁵

O autor expõe as conseqüências da situação de subdesenvolvimento e da baixa eficiência dos investimentos no sentido de transformação das estruturas sociais: a marginalização de uma fração crescente da população; estabilização, ou mesmo declínio do coeficiente de difusão do progresso técnico; elevação da parcela de importações que é gasta com consumo; e limitação às economias de escala que responderiam por parcela importante dos aumentos da produtividade industrial.

Nas atuais economias subdesenvolvidas, onde a taxa de salário depende essencialmente das condições de vida que prevalecem em um amplo setor pré-capitalista, com respeito às quais o progresso técnico se comporta como variável exógena definida por outras economias de mais avançado grau de capitalização, a industrialização em condições de *laissez faire* não conduz ao desenvolvimento, entendido este como homogeneização da estrutura produtiva e difusão crescente dos frutos do aumento de produtividade. Pelo contrário, a industrialização nestas condições tende a engendrar uma estrutura produtiva a múltiplos compartimentos, com grande disparidade na produtividade do trabalho entre estes, sem que estes níveis de produtividade influenciem, de forma significativa, as taxas de salários.¹⁶

¹⁵ Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico, 1974. p.100

¹⁶ Furtado, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, 1986 p.284

4. Caracterização do caso brasileiro

4.1 Inserção do Brasil na economia capitalista - os primeiros passos rumo à industrialização

Acreditava-se que a industrialização era condição necessária para o alcance do desenvolvimento econômico e que traria consigo, crescente autonomia de decisões econômicas. Indiscutível a sua relevância para alcançar o desenvolvimento, mas, devido aos fatores responsáveis por sua consolidação terem sido condicionados pelo processo de modernização dos padrões de consumo, novas formas de dependência externa e de heterogeneidade estrutural surgiram e consolidaram-se.

Em sua obra, Furtado desenvolveu análises acerca da industrialização brasileira. Esta seção, objetiva com base nos ensaios de “O mito do desenvolvimento Econômico” e “Análise do modelo brasileiro” sintetizar a descrição do movimento industrial no Brasil.

Na fase de exportação dos produtos primários estimulada pela revolução industrial e pelo aprofundamento da divisão internacional do trabalho, surgiram os primeiros processos industriais nas atividades complementares ao comércio exterior. As indústrias ligadas à exportação tendiam a acompanhar os ciclos desta atividade e possuíam pouca autonomia. Além disso, surgiu outro grupo de indústrias, associado às importações e ao consumo, o qual encontrou possibilidades de desenvolvimento devido à extensão do mercado interno, abundância de matérias-primas locais e

medidas protecionistas. Os dois tipos de indústrias contaram com capitais estrangeiros para os financiamentos.

Este primeiro movimento no sentido da industrialização pôde alcançar dimensões significativas no Brasil devido ao tamanho da economia exportadora, o que o possibilitou certa autonomia em relação ao elemento dinâmico. Apesar disso, o crescimento econômico era completamente dependente das exportações e da capacidade para importar.

A classe industrial que se formou no Brasil, surgiu atrelada ao comércio exterior, e dependente das exportações. Devido a isso, mesmo com a crise da economia tradicional de exportações na década de 30, a classe industrial não se manifestou como uma força autônoma que ofereceria opções para o Brasil.

O segundo momento da industrialização brasileira é marcado pelas substituições de importações, cujo impulso decorreu da crise no comércio internacional. As tensões externas induziram as indústrias internas a substituir importações, diante da dificuldade de continuar realizando-as.

Em momento subsequente, quando as restrições externas às importações não eram mais significativas, a substituição assumiu papel distinto, abrindo espaço para a importação de novos produtos, inclusive equipamentos.

4.1.1 Empresas transnacionais e especificidades do mercado

No caso brasileiro, a formação da indústria apresentou características muito particulares devido à existência de dois mercados muito distintos para os produtos

manufaturados: o de consumidores de baixa renda que consomem uma cesta pouco diversificada e estável e o segundo, bastante diversificado e em modificação. As indústrias que atendiam ao primeiro grupo possuíam poucos efeitos de encadeamento e não se beneficiavam de economias de escala e externas. Já no segundo caso, a diversificação requeria um processo de industrialização complexo, mas encarava o obstáculo da pequena dimensão do mercado local.

Os dois setores não enfrentavam competição entre si e por isso, podiam manter padrões diferentes de organização e marketing. Conforme o setor diversificado avançava, as necessidades de capital e tecnologia também aumentavam, e o aumento dos empregos por unidade de investimento diminuía. A própria indústria destinada para a massa da população tende a beneficiar-se, através da incorporação de novos produtos ao consumo popular. Tende a aumentar a adoção de processos com utilização intensiva de capital.

Os países que passaram pelo processo de modernização enfrentaram o seguinte dilema: se as indústrias locais produzissem os bens para a massa da população, os bens destinados ao consumo diversificado precisariam ser importados e a possibilidade de formação do sistema industrial ficaria limitada. Por outro lado, se as indústrias locais optassem pela produção diversificada, dada a restrição do mercado, incorreriam em rendimentos decrescentes. No Brasil, devido às possibilidades de exportação, a industrialização pôde superá-lo.

O progresso técnico, não se restringe apenas à compra de equipamentos, mas depende de inovações técnicas que surgem nos países desenvolvidos. As filiais de multinacionais tinham condições de produzir usando tecnologia amortizada, a qual seria com muita dificuldade adquirida pelas empresas nacionais.

Um rápido crescimento industrial requeria intensa absorção de progresso técnico na forma de novos produtos e novos processos de produção. Esta absorção envolve um custo de oportunidade. Os extremos deste custo são representados nas seguintes formas: ele é mínimo quando é incorporado de forma a reproduzir o que foi desenvolvido e amortizado nos países centrais e é máximo quando precisa ser introduzido através de pesquisa e desenvolvimento.

A expansão industrial desenvolveu-se, portanto, através de um relacionamento das indústrias locais com os sistemas industriais dominantes que desenvolveram as tecnologias. Dois grupos convergiram os interesses rumo à industrialização, as grandes empresas transnacionais, que reproduziam por aqui os modelos que já aplicavam no centro, e a classe modernizada, que buscou continuamente acompanhar os padrões estabelecidos no centro. Apesar disso, o sistema defrontou-se com um limite: não estava estruturalmente preparado para gerar a demanda necessária para expandir-se.

As empresas locais que produziam para a massa da população, não ampliaram as suas cestas de produtos. O mercado para estas indústrias era expandido horizontalmente, ou seja, através da incorporação de novas pessoas, seja através de crescimento demográfico, ou de transferência de pessoas que antes estavam no setor de subsistência. Nestas indústrias, o controle do progresso técnico não é relevante e por isso as grandes empresas não tinham interesse em competir com as indústrias locais. Apesar dos setores desempenharem papéis complementares, o dinamismo do sistema depende da intensidade de transmissão do progresso técnico.

As empresas transnacionais produtoras de bens de consumo duráveis, voltadas para o mercado diversificado, apesar das proporções reduzidas, beneficiaram-se muito mais das economias de escala do que as indústrias de bens de consumo existentes. Assim, se a concentração de renda fosse maior, mais extenso seria o mercado de consumo diversificado e maior o efeito para o crescimento econômico. A concentração de renda permite maior discriminação de preços, e conseqüentemente, o consumo supérfluo da minoria, contribui para o aumento da taxa de crescimento do PIB. Furtado sintetizou a discussão da seguinte forma

Resumindo: determinado perfil de demanda, que corresponde a uma crescente concentração na distribuição de renda e a um crescente distanciamento entre os níveis de consumo da maioria rica e da massa da população, gera uma composição de investimentos que tende a maximizar a transferência de progresso técnico através de grandes empresas, e a fazer crescer o afluxo de recursos estrangeiros. Assim, a política que visa produzir aquele perfil de demanda tenderá também a maximizar a expansão do PIB.¹⁷

O sistema industrial que se formou no Brasil configurou-se através três agentes. As grandes empresas transnacionais controlavam atividades baseadas no progresso técnico e nas quais o fluxo de novos produtos é intenso, como bens de consumo duráveis e equipamentos em geral. Estas passaram por um processo de integração vertical, absorvendo firmas nacionais e também se expandindo em setores de bens de consumo não duráveis. O Estado participava nas indústrias produtoras de bens intermediários. E as empresas locais produziam bens de consumo não duráveis, e eram intermediárias na produção das empresas internacionais e estatais.

¹⁷ Furtado, C. O Mito do desenvolvimento econômico, 1974. p106.

Esta estrutura exigia uma configuração social específica, com concentração da renda. Através da política fiscal, o governo conseguiu tornar permanente a nova estrutura criada. A classe média foi privilegiada com diversos incentivos fiscais beneficiando-se de rendas mobiliárias, enquanto as classes baixas arcavam com onerosos impostos indiretos. A classe média ligou sua renda ao fluxo mais dinâmico, o de lucros. Torna-se necessário analisar o papel do Estado nesta configuração.

4.1.2 O Papel do Estado

A expansão industrial brasileira no pós-guerra dependeu da atuação autônoma do governo através do subsídio ao investimento e da ampliação da demanda. Durante o processo de substituição de importações, foram criados novos empregos, ampliando o mercado para bens de consumo popular. O mercado para bens de consumo duráveis apresentava uma pequena dimensão e por isso a produção interna destes bens foi acompanhada por aumentos de preços relativos, afetando a demanda.

Até meados dos anos 50, a recuperação dos preços do café abriu margem para que o governo fomentasse a industrialização através de manobras cambiais. Ele assegurava o câmbio de forma a privilegiar os importadores de equipamentos e insumos industriais e restringir a importação de bens finais de consumo. Como consequência, estimulava a produção internamente às custas do setor exportador e da população, que pagava preços relativos mais altos dos bens com oferta restringida. A redução do custo real do capital fixo ajudou as indústrias produtoras

de bens de consumo duráveis, que operavam com grande margem de capacidade ociosa, a obter lucros.

Na segunda metade dos anos 50, a situação alterou-se, pois, com a deterioração dos termos de troca, o formato que o governo usava para conceder incentivos, estava ameaçado. Uma nova política foi criada para garantir a manutenção dos subsídios, o endividamento externo do governo. Além disso, iniciou-se a construção de grandes obras públicas: Brasília, rede nacional de rodovias etc.

Em seguida, tomaram-se medidas com efeitos sobre a distribuição da renda, com o intuito de reforçar o perfil de demanda adequado às necessidades de expansão das grandes empresas de atuação internacional e às expectativas da minoria modernizada.

Durante os anos de 1961 e 1967, o Brasil viveu um período de estagnação, devido a causas estruturais: lento crescimento da produção de manufaturas populares; margem de capacidade ociosa nas indústrias dependentes do mercado restringido, em condições de pressão inflacionária. Mas a partir de 1968, houve recuperação do crescimento da produção industrial novamente devido à atuação do governo. O foco neste momento estava em atrair novas empresas transnacionais e garantir a expansão das que já haviam se instalado. Novamente o governo agiu através da distribuição da renda para adequar a demanda. Além disso, o Estado investiu em infra-estrutura física, capital humano e indústrias com baixa rotação de capital, as quais se baseiam em inovação de processos, e por isso possuem um baixo fluxo de inovações. Uma política de subsídios nestas indústrias tende a ser fomentar a industrialização.

Furtado sintetizou a discussão acerca do papel do governo descrevendo os objetivos adotados por esta instituição diante do quadro de industrialização brasileiro. O primeiro deles relaciona-se com o mercado, pois devido à sua estreiteza, a concentração da renda precisava ser estimulada para beneficiar os consumidores de bens de consumo duráveis. Além disso, era preciso garantir certa transferência de pessoas do setor de subsistência para o setor industrial. O terceiro objetivo consistia em criar instrumentos para lidar com tensões sociais. Para isso, o governo controlava o diferencial entre o salário-mínimo garantido por lei e o nível de renda do setor de subsistência. O último objetivo consistia em subsidiar a importação de bens manufaturados para reduzir a pressão sobre os setores produtores de bens de consumo não duráveis, cuja produção cresce lentamente, em razão da concentração de renda, e também para melhorar a posição da balança de pagamentos.

Na visão de Furtado, a parte mais complexa desta política consistia no processo de estímulo e orientação da concentração de renda. O governo usou instrumentos como políticas creditícias, fiscais e de renda. Através de uma política de expansão do crédito para a classe média, ocorreu a primeira onda de expansão da procura de bens de consumo duráveis. Este movimento gerou inflação, reduzindo a renda real das massas e liberando recursos para investimentos públicos. Estes contribuíram para redução de custos das empresas privadas, as quais tiveram lucros e investimentos favorecidos

4.2 Características do modelo brasileiro

O formato do desenvolvimento brasileiro através da cópia dos padrões de consumo centrais condicionou as possibilidades para a economia nacional, devido a características marcantes. Destacam-se a necessidade de manter uma significativa desigualdade social, visando à continuidade do consumo bastante diversificado e a industrialização através de filiais de empresas estrangeiras, que providenciaram a tecnologia a um custo menor por já estar amortizada, agravando o quadro de dependência já estabelecido.

Mesmo nestas condições, o Brasil avançou na industrialização e tornou-se um exemplo, de que é possível industrializar-se sem abandonar as características do subdesenvolvimento: disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas; grande parte da população vivendo em um nível de subsistência e grande massa de pessoas subempregadas nas zonas urbanas.

Durante um longo período, os aumentos de renda foram resultados de realocação de recursos para maximizar vantagens comparativas estáticas no comércio exterior. A passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial foi possível sem que houvesse uma mudança da agricultura tradicional para a moderna, mas como foi impulsionada pelo comércio exterior, gerou aumentos de produtividade econômica e condições para que fosse iniciado o processo de modernização. Devido à concentração da propriedade territorial e abundância da força de trabalho, os aumentos beneficiaram uma pequena minoria, mas que já foi suficiente para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização.

Uma das características marcantes do modelo brasileiro é a insuficiência do processo de difusão. Devido a ela, a estrutura industrial teve que adaptar-se a um perfil de demanda composto por dois mercados completamente distintos. Outro fator relevante é a existência de uma oferta completamente elástica de mão-de-obra.

Diante desta combinação, o progresso técnico e as economias de escala, ao gerarem aumentos de produtividade, impulsionaram o movimento de concentração da renda. O poder de compra que se expandia era o dos grupos de alta renda e por isso, o desenvolvimento deu continuidade à sua forma inicial de introdução de novos produtos e diversificação do consumo.

Não se formou no Brasil o vínculo central da economia capitalista industrial moderna: a relação entre aumentos de produtividade e a elevação da taxa de salário. As causas desta anomalia residem na inexistência de condições que em outras partes levaram à formação das pressões sociais que respondem pela elevação da taxa de salário. Conforme expôs Furtado,

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios acumulados e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular.¹⁸

A decisão pela modernização consolidou um mercado interno diversificado, mas ao mesmo tempo limitado pela sua pequenez. Isso implicou na entrada de empresas transnacionais que passaram a exercer o controle sobre a incorporação do progresso técnico no Brasil, instituindo a dependência tecnológica.

Além disso, outra forma de dependência consolidou-se com impacto sobre a autonomia nacional: a dependência financeira decorrente do endividamento

¹⁸ Furtado, C. O Mito do desenvolvimento econômico, 1974. p109.

internacional e da crescente integração do sistema monetário internacional. Esta fez com que a economia se tornasse vulnerável às pressões exercidas pela comunidade financeira internacional.

Assim, é possível sintetizar o modelo brasileiro como uma relação contraditória entre a sua posição periférica no sistema internacional e o grau de industrialização que foi alcançado. Internamente, a contradição reflete-se no avanço do desenvolvimento sem rompimento com o quadro de dependência e sem exercer controle sobre os "centros internos de decisão"; sem consolidar um mercado interno composto pelo conjunto da população e reproduzindo as heterogeneidades estruturais na produção, na sociedade e entre as regiões (SAMPAIO 1999).

5. Considerações Finais

Furtado expôs a história do subdesenvolvimento como parte do processo histórico de consolidação da civilização industrial. Enquanto a revolução industrial gerava transformações nas estruturas produtivas e sociais dos países centrais, ela criou condições para que o comércio exterior e a divisão internacional do trabalho fossem intensificados. Isso impulsionou a difusão dos padrões que estavam sendo estabelecidos no centro para alguns países periféricos através da dominação externa.

Esta inserção na divisão internacional do trabalho foi feita através da exploração de vantagens comparativas, sem impor mudanças na configuração da produção. Através das exportações o excedente gerado internamente ampliou-se de forma considerável, e a utilização que seria dada a ele tornou-se objeto de decisão do Estado ou das elites. No caso brasileiro, o Estado teve pouca autonomia para direcionar a alocação do excedente e a decisão centrou-se nas elites aculturadas.

A opção das elites consistiu em modernizar seus padrões de consumo para acompanhar os padrões dos países centrais. Durante a crise de 1929 as importações foram limitadas e deixaram de ser suficientes para sustentar a continuidade da modernização. A solução foi o processo de industrialização por substituição de importações.

Devido à estreiteza do mercado, o custo para desenvolver a tecnologia internamente inviabilizaria a produção local de uma cesta diversificada de consumo. A possibilidade encontrada foi industrializar através de empresas transnacionais, as

quais além de possuírem a tecnologia, aproveitavam-se do fato dela estar amortizada.

A tecnologia incorporada havia sido desenvolvida nos países centrais em comunhão com as transformações sociais e envolviam uma composição técnica do capital de relativo equilíbrio entre capital e trabalho e adequada para a configuração destes países.

A transferência desta tecnologia para as regiões periféricas ocorreu de forma incompatível com a estrutura social delas. Ao instituir padrões de produção de elevada densidade de capital por trabalhador em economias com grande quantidade de mão-de-obra disponível, a população foi fadada a conviver com o desemprego estrutural.

Como conseqüência deste processo, duas características marcaram a economia brasileira: a crescente concentração da renda e o processo de desnacionalização.

Devido à existência de excedente estrutural de mão-de-obra o processo de difusão das técnicas encontra limites para consolidar-se. Isto combinado com a contínua introdução de novos produtos, os quais dependem de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital, faz com que o avanço da industrialização dependa de aumentos da taxa de exploração, o que implica em crescente concentração da renda.

O processo de industrialização através de empresas transnacionais contribuiu para a desnacionalização da economia nacional. Tanto o sentido, como o ritmo e a intensidade da incorporação de progresso técnico passaram a ser determinados de fora. A situação agravou-se ainda mais com o estabelecimento da dependência

financeira através do endividamento externo e o controle sobre os “centros internos de decisão” tornou-se cada vez mais remoto.

Os avanços da civilização industrial brasileira, portanto, consolidaram discrepâncias entre as forças produtivas e as necessidades materiais da sociedade e intensificaram o quadro de dependência externa e subdesenvolvimento.

As mazelas do subdesenvolvimento persistem nas sociedades periféricas, e apresentam-se na forma de heterogeneidades na produção, sociedade e entre as regiões, dependência externa e desnacionalização da economia.

Parcela significativa da população brasileira ainda hoje não se apropriou dos frutos do avanço do capitalismo, e continua marginalizada e em condições de subsistência.

Ao compreender a forma de inserção na economia internacional fica evidente a profundidade das questões associadas ao subdesenvolvimento. O tamanho da economia não necessariamente está atrelado à distribuição da renda e indicadores sociais. A superação destes problemas exigiria uma transformação cultural e uma forte ação política capaz de gerar o poder necessário para modificar o modelo de desenvolvimento construído até hoje.

6. Referência Bibliográfica

FURTADO, C. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969 5ª. ed. p.37 a 57.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Capítulos II e III.

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975 5ª. Capítulo 21.

FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Capítulos II, III, IV e V.

FURTADO, C. Pequena Introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. Capítulos I, III, IV, V e VI.

FURTADO, C. Cultura e Desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Capítulos I, II e III.

FURTADO, C. Análise do “modelo” brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. Capítulo I.

FURTADO, C. Brasil a construção interrompida. São Paulo: Editora Terra e Paz, 1992 2ª.

MELLO, J.M.C; NOVAIS, F.A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna in. Histórias da vida privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea, v.4. Cia das Letras, 1998.

MORAES, R. Celso Furtado – O Subdesenvolvimento e as idéias da Cepal. São Paulo: Editora Ática, 1995

SAMPAIO, P. O impasse da “formação nacional” – in J.L. FLORI, Estados e moedas no desenvolvimento das nações, Editora Vozes de Petrópolis, 1999

SAMPAIO, P. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. Artigo preparado para a Revista da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, julho 2002.